

**REDE ANCORA-PA IMPORTADORA, EXPORTADORA E
DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS S.A. – EM LIQUIDAÇÃO**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS
ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 01 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Rede Ancora-PA Importadora, Exportadora e Distribuidora de Auto Peças S.A. - Em Liquidação é uma companhia por ações, de capital fechado, cujos atos constitutivos datados de 16/03/2007 estão arquivados na JUCEPA - DF sob nº 15300018625. Está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 08.707.651/0001-28. Encontra-se sediada na cidade de Ananindeua, Passagem São Pedro, 3a, Atalaia, CEP 67013-710.

A Rede Ancora-PA Importadora, Exportadora e Distribuidora de Auto Peças S.A. – Em Liquidação tem como objeto a comercialização no varejo e por atacado de auto peças, acessórios em geral, bem como de qualquer componente de veículos automotores, pneus e lubrificantes; a importação e exportação de auto peças, acessórios e demais componentes de veículos automotores; e, a participação societária em outras empresas, inclusive nas de em conta de participação. A Companhia tem unidade na cidade de Ananindeua-PA e realiza vendas para o mercado interno e externo.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela administração da Companhia em 25 de fevereiro de 2026.

1.1 Descontinuidade Operacional

A Companhia encerrou suas atividades operacionais após deliberação em assembleia de associados, promovendo o desligamento de seus colaboradores e a alienação dos estoques então existentes. Com isso, não mantém mais saldos patrimoniais relevantes, permanecendo apenas direitos e obrigações residuais de operações já realizadas, a serem liquidados nos prazos pactuados.

NOTA 02 – BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas, ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses, são classificados como itens circulantes, e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2 Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações contábeis, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas, são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e está compensação reflete a essência da transação.

3.3 Transações em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações contábeis são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional da seguinte forma: os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas de câmbio da data da transação.

3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras com vencimento de curto prazo de cerca de três meses ou menos da data da transação.

3.5 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas por redução ao valor recuperável (perdas no recebimento de créditos).

3.6 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor recuperável. O custo é determinado utilizando o método do custo médio. O custo das mercadorias para revenda compreende o valor da mercadoria líquido dos impostos recuperáveis e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor recuperável é o preço de venda estimado diminuído dos custos para revenda.

3.7 Outros Ativos

Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização.

3.8 Arrendamentos

3.8.1 Direito de Uso

O custo do ativo de direito de uso corresponde ao valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, mais os custos diretos iniciais incorridos, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos.

A depreciação é calculada pelo método linear desde a data de início do contrato até o que ocorrer primeiro entre o fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o fim do prazo de arrendamento.

3.8.2 Passivos de Arrendamento

A mensuração das operações de arrendamentos corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, conforme período previsto no contrato firmado entre o arrendador e a Companhia. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa de empréstimo incremental.

Os encargos financeiros são apropriados com base na taxa de empréstimo incremental, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

3.9 Imobilizado

Todos os itens do imobilizado são apresentados pelo custo menos depreciação acumulada. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e estar em condições necessárias para que seja capaz de funcionar da maneira pretendida pela administração, e líquido dos impostos recuperáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.10 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo custo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustadas a valor presente quando o efeito for relevante.

3.11 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.12 Partes relacionadas

Consiste na transferência de recursos, serviços ou obrigações entre as partes relacionadas. A Companhia possui operações financeiras e comerciais junto a partes relacionadas, nas quais são observadas as condições contratuais de cada transação.

3.13 Imposto de Renda e Contribuição Social

Os tributos sobre o lucro do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social correntes. O tributo é reconhecido na demonstração do resultado.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço do país em que a companhia atua e gera lucro. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social.

3.14 Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e,
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

3.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação na data das demonstrações contábeis como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado de maneira confiável.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do valor exigido para liquidar a obrigação na data das demonstrações contábeis. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, o valor da provisão é o valor presente do desembolso que se espera que seja exigido para liquidar a obrigação.

3.16 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.17 Valor Recuperável de Ativos (“Impairment”)

O imobilizado e outros ativos não circulantes são submetidos ao teste de recuperabilidade para se identificar perdas por “impairment” anualmente ou quando eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por “impairment” é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

3.18 Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação-data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (impairment).

A Companhia não opera com instrumentos derivativos.

3.19 Reconhecimento da Receita de Vendas

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

As receitas por natureza de atividade estão demonstradas abaixo:

Venda de produtos - Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores.

A Companhia reconhece a receita quando for possível atender os critérios:

- i) Identificar o contrato com o cliente;
- ii) Identificar as obrigações de desempenho no contrato;
- iii) Determinar o preço das transações;
- iv) Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; e
- v) Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

3.20 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no Estatuto Social.

3.21 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis, são:

- a) Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados;
- c) Impairment dos estoques, ativos imobilizados;
- d) As taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos;
- e) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

NOTA 04 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Ativos Financeiros	2025	2024
Mensurado ao Custo Amortizado		
Caixa e Equivalente de Caixa	297.002	2.523.156
Contas a Receber de Clientes	6.191	5.314.281
Outros Créditos	60.000	60.000
Partes Relacionadas	1.200.000	-
Total Ativos Financeiros	1.563.193	7.897.437
Passivos Financeiros	2025	2024
Mensurado ao Custo Amortizado		
Fornecedores	-	5.570.564
Empréstimos e Financiamentos	-	3.006.653
Passivo de Arrendamento	-	216.881
Outras Obrigações - Outras Contas a Pagar	-	86.237
Total Passivos Financeiros	-	8.880.335

A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) Recebíveis: São classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da Companhia e depósitos bancários de livre movimentação e contas a receber cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
- b) Outros passivos financeiros: São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.
- c) Valor justo: Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.
- d) Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: A Administração realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

NOTA 05 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Banco Conta Movimento	293	1.916.064
Aplicação Financeira (i)	296.709	607.092
Total de Caixas e Equivalentes de Caixa	297.002	2.523.156

(i) Aplicação Financeira

Banco	Tipo	Moeda	Liquidez	2025	2024
Banco Safra	CDB	R\$ - Reais	Imediata	296.709	607.092
Total				296.709	607.092

NOTA 06 – CONTAS A RECEBER

	2025	2024
Contas a Receber	2.382	5.301.562
Outras Contas a Receber	3.809	12.719
Total das Contas a Receber	6.191	5.314.281

Aging List Contas a Receber

Vencidos acima de 90 dias	-	5.737
Vencidos até 90 dias	-	20.404
A vencer até 30 dias	6.191	2.773.766
A vencer de 31 a 90 dias	-	2.465.112
A vencer de 91 a 180 dias	-	49.262
Contas a Receber	6.191	5.314.281

Contas a Receber por Tipo de Moeda

Reais	6.191	5.314.281
Contas a Receber	6.191	5.314.281

A redução do contas a receber está diretamente relacionada à paralisação das operações e à liquidação do estoque da Companhia, resultando na ausência de novas vendas e na realização dos saldos anteriormente registrados.

NOTA 07 – ESTOQUES

	2025	2024
Mercadorias para Revenda	-	3.324.646
Peças em Garantia Fornecedor	85.617	70.656
Provisão para Desvalorização	-	(581.404)
Total dos Estoques	85.617	2.813.898

A redução dos estoques no período decorre da interrupção das atividades operacionais da Companhia e da consequente liquidação integral de seu estoque em decorrência da descontinuidade das operações.

NOTA 08 – IMPOSTOS A RECUPERAR

	2025	2024
PIS a Recuperar	-	6.220
COFINS a recuperar	-	28.694
IRRF a Recuperar	2.589	-
IRPJ - Saldo Negativo	17.619	93.601
CSLL - Saldo negativo	3.493	32.151
Total de Impostos a Recuperar	23.701	160.666

NOTA 09 – ADIANTAMENTOS

	2025	2024
Adiantamentos a Fornecedores	-	30.207
Devolução de Fornecedores a Compensar	38.609	44.536
Total de Adiantamentos	38.609	74.743

NOTA 10 – OUTROS CRÉDITOS

	2025	2024
Outros Créditos	60.000	92.000
Total de Outros Créditos	60.000	92.000
Curto Prazo (a)	-	32.000
Longo Prazo (b)	60.000	60.000
Total de Outros Créditos	60.000	92.000

(a) Montante, em grande parte, associado a cauções de aluguéis realizados em 2025.

(b) Saldo pendente a receber da Empresa Nacional dos Comerciantes, Importadores e Exportadores de Autopeças e Franquias S.A., relativo à venda de ações que a companhia detinha.

NOTA 11 – IMOBILIZADO

	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Computadores e Periféricos	Benfeitorias em Imóveis de 3os	Total
Taxas de Depreciação	10,00%	10,00%	20,00%	33,33%	
Em 31 de dezembro de 2023					
Custo	14.042	25.056	36.381	4.076	79.555
Depreciação Acumulada	(1.387)	(11.556)	(19.807)	-	(32.750)
Valor contábil líquido	12.655	13.500	16.574	4.076	46.805
Adições	-	6.413	-	-	6.413
Depreciação	-	(2.948)	(8.407)	(2.119)	(13.474)
Saldo Final	12.655	16.965	8.167	1.957	39.744
Em 31 de dezembro de 2024					
Custo	14.042	31.469	36.381	4.076	85.968
Depreciação Acumulada	(1.387)	(14.504)	(28.214)	(2.119)	(46.224)
Valor contábil líquido	12.655	16.965	8.167	1.957	39.744
Adições	41.707	-	14.527	-	56.234
Baixas	-	(482)	-	-	(482)
Depreciação	(3.088)	(1.941)	(11.159)	(1.957)	(18.145)
Baixa da Depreciação	-	482	-	-	482
Saldo Final	51.274	15.024	11.535	-	77.833
Em 31 de dezembro de 2025					
Custo	55.749	30.987	50.908	4.076	141.720
Depreciação Acumulada	(4.475)	(15.963)	(39.373)	(4.076)	(63.887)
Valor contábil líquido	51.274	15.024	11.535	-	77.833

NOTA 12 – DIREITO DE USO

12.1 Direito de Uso	Arrendamentos (*)	Total
Prazo médio de vigência dos contratos/vida útil (anos)	3	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	384.953	384.953
Depreciações	(184.778)	(184.778)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	200.175	200.175
Baixas	(120.750)	(120.750)
Depreciações	(79.425)	(79.425)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	-

12.2 Passivo de arrendamento	Arrendamento mercantil	AVP – Ajuste a valor presente	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	437.500	(36.919)	400.581
Pagamentos	(210.000)	26.300	(183.700)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	227.500	(10.619)	216.881
Baixas	(137.464)	4.080	(133.384)
Pagamentos	(90.036)	6.539	(83.497)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	-	-

NOTA 13 – FORNECEDORES

	2025	2024
Contas a Pagar a Fornecedores Nacionais	-	5.570.564
Total das Contas a Pagar a Fornecedores	-	5.570.564
Aging List Contas a Pagar a Fornecedores		
Vencidos até 90 dias	-	6.442
A vencer até 30 dias	-	3.510.654
A vencer de 31 a 90 dias	-	2.017.928
A vencer de 91 a 180 dias	-	35.540
Contas a Pagar a Fornecedores	-	5.570.564
Contas a Pagar por Tipo de Moeda		
Reais	-	5.570.564
Contas a Pagar a Fornecedores	-	5.570.564

A redução de fornecedores no período decorre da interrupção das atividades operacionais da Companhia, que deixou de realizar novas aquisições e promoveu a liquidação das obrigações remanescentes em decorrência da descontinuidade das operações.

NOTA 14 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2025	2024
Banco Itaú - Conta Garantida	-	1.500.000
Banco Safra - Conta Garantida	-	1.506.653
Total de Empréstimos e Financiamentos	-	3.006.653
Parcela Circulante	-	3.006.653
Total	-	3.006.653

Aging List Empréstimos e Financiamentos

2025	-	3.006.653
Total	-	3.006.653

Empréstimos e Financiamentos por Tipo de Moeda

Reais	-	3.006.653
Total	-	3.006.653

Taxas

Banco Itaú - Conta Garantida	-	0,42% a. m.
Banco Safra - Conta Garantida	-	0,28% a. m.

Os empréstimos são garantidos pelos títulos a receber.

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2025	2024
Salários a Pagar	-	18.706
INSS a recolher	-	26.612
FGTS a recolher	-	3.306
Total das Obrigações Sociais	-	48.624

A redução das despesas com folha de pagamento está diretamente relacionada à paralisação das operações da Companhia, que resultou na redução do quadro de pessoal após a descontinuidade das atividades.

NOTA 16 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2025	2024
IRRF S/ Salários a recolher	-	2.849
PIS a recolher	15	4.762
COFINS a recolher	92	21.936
PIS/COFINS/CSLL retida a recolher	-	184
IRRF a recolher	-	59
ICMS a recolher	-	5.514
ICMS ST a recolher	-	106.892
ISS Retido a Recolher	-	19
Total das Obrigações Tributárias	107	142.215

NOTA 17 – PROVISÕES

	2025	2024
Provisão para Férias	-	45.468
Provisão de INSS s/ ferias	-	12.186
Provisão de FGTS s/ ferias	-	3.618
Total das Provisões	-	61.272

NOTA 18 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Outras Contas a pagar (i)	-	86.237
Devolução de Clientes a Compensar	-	36.072
Total das Outras Obrigações	-	122.309

(i) O montante de 2024, refere-se ao montante a pagar a título de rebate, relacionado à campanha de vendas promovidas pela Companhia.

NOTA 19 – PARTES RELACIONADAS

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Rede Ancora - ES	1.200.000	-
Total Partes Relacionadas – Ativo	1.200.000	-

As transações com partes relacionadas não possuem atualização monetária e prazo de vencimento.

NOTA 20 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia não possui contingências cuja probabilidade de perda tenha sido avaliada como de risco "provável" pelos assessores jurídicos externo. Adicionalmente, há contingências com probabilidade avaliada como "possível", totalizando R\$ 210.051.

NOTA 21 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social integralizado pertencente a acionistas domiciliados no País é de R\$ 2.550.000 formado de 2.550 (dois mil, quinhentos e cinquenta) ações ordinárias nominativas com direito a voto, com valor nominal de R\$ 1.000 (um mil Reais) cada uma.

b) Distribuição de Dividendos e Reserva Legal

A política de distribuição de dividendos está estabelecida no Estatuto Social, sendo de 25% no mínimo do lucro líquido, após a constituição da Reserva Legal, salvo deliberação em contrário pela totalidade dos acionistas presentes na Assembleia Geral Ordinária.

NOTA 22 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Revenda de Mercadorias	10.656.053	43.805.313
Total Receita Bruta de Vendas	10.656.053	43.805.313
(-) Devoluções de Vendas	(34.830)	(195.350)
(-) Impostos sobre Vendas	(469.047)	(1.281.566)
Total de Deduções e Impostos	(503.877)	(1.476.916)
Receita Operacional Líquida	10.152.176	42.328.397

A redução da receita operacional líquida no período decorre da interrupção das atividades operacionais da Companhia, com a conseqüente cessação das vendas após a descontinuidade das operações.

NOTA 23 – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2025	2024
Amortização de Direito de Uso	(79.425)	(184.777)
Energia Elétrica	(8.845)	(22.287)
Internet e Provedores	(9.300)	(17.400)
Despesas com Software	(83.002)	(170.816)
Manutenção, Conservação e Limpeza	(14.179)	(16.187)
Honorários Contábeis, Jurídicos e Financeiros	(36.008)	(115.240)
Serviços de Terceiros	(1.597)	(99.396)
Despesas com Informática	(2.610)	(8.097)
Depreciações	(18.145)	(13.475)
Material de Expediente	(2.240)	(5.627)
Uniformes e Equipamentos de Segurança	(2.068)	(2.949)
Despesa com Frete e Serviços de Entrega	(4.444)	(26.106)
Material de Embalagem	(8.201)	(15.081)
Locação de Equipamentos	(16.085)	(26.090)
Outros Gastos	(703)	(41.617)
Total de Despesas Gerais e Administrativas	(286.852)	(765.145)

A redução das despesas com pessoal, gerais e administrativas no período decorre da interrupção das atividades operacionais da Companhia, que resultou na redução da estrutura operacional e administrativa após a descontinuidade das operações.

NOTA 24 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	2025	2024
Bonificações recebidas	33.518	177.196
Receitas Eventuais	52	7.219
Verbas Comerciais recebidas	74.453	122.351
Provisão para desvalorização dos estoques	581.404	(142.277)
Recuperações de Tributos PIS/COFINS - Outras Receitas (i)	18.920	-
Total das Outras Receitas e Despesas	708.347	164.489

(i) Refere-se ao montante de créditos tributários levantados em decorrência da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, relativos ao período de janeiro de 2015 a agosto de 2020.

NOTA 25 – RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas Financeiras		
Juros Recebidos	5.779	5.154
Descontos Recebidos	18.741	927
Receitas de Aplicações Financeiras	62.397	5.817
Juros Ativos s/ Atualizações de Impostos (i)	23.537	-
Total Receitas Financeiras	<u>110.454</u>	<u>11.898</u>
Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	(5.434)	(25.342)
Descontos Concedidos	(3.135)	(450)
Juros s/ Empréstimos e Financiamentos	(197.039)	(276.748)
Juros Passivos	(2.514)	(232)
IOF	(21.736)	(36.667)
Encargos financeiros - Direito de uso	(6.539)	(26.300)
Total Despesas Financeiras	<u>(236.397)</u>	<u>(365.739)</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>(125.943)</u>	<u>(353.841)</u>

(i) Refere-se à atualização do montante de créditos tributários levantados em decorrência da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, relativos ao período de janeiro de 2015 a agosto de 2020.

NOTA 26 - TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Resultado antes dos Imposto de Renda e Contribuição Social	(266.004)	(439.148)
Adições do período	85.964	353.355
Exclusões do período	(671.440)	(210.000)
Resultado ajustado (Lalur)	(851.480)	(295.793)
Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>-</u>	<u>-</u>

O Imposto de Renda e Contribuição Social são apurado pelo lucro real anual.

NOTA 27 - COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia não possui apólices de seguros vigentes para cobertura de seus ativos e operações na data-base das demonstrações financeiras.
